

A ESCOLA E A COMUNIDADE

Por:

Alano Nogueira Matias:

É Pós-Doutor em Administração pela FGV/RJ, Doutor em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (nota 6 na CAPES), Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, Mestrado Profissional em Liderança pela Universidade de Santo Amaro/ SP, Especialização em EAD pela UnB, Especialização em Gestão Estratégica em Recursos Humanos pela UFRRJ. Graduação em Pedagogia, Administração, e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Brasília, e, em Teologia (curso livre). Atuou durante 10 anos como Gerente de Banco e 07 anos como auditor interno do Ministério do Exército. Possui experiência de mais de 22 anos no Ensino Superior presencial e EAD, tendo atuado como Tutor, Professor, Coordenador de Curso e Diretor de Unidade, Diretor de Ensino e Diretor Geral em Instituições como: Universidade Católica de Brasília, UniCEUB e UnB. Atualmente é avaliador do BASIS/ INEP, Gestor Educacional e revisor oficial da Asian Journal of Education and Social Studies.

Eline dos Anjos Nogueira Matias:

Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília - Gestão e Políticas Públicas. Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade ICESP, Pedagoga - Gestão Escolar pelo Centro Universitário do Distrito Federal. Atuou por 4 anos como Gerente de Banco, possui experiência como Consultora Educacional do Jornal o Globo. Está no contexto educacional há mais de 13 anos, atuando como Professora, Tutora, Coordenadora e Diretora de Escola. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão, gestão de pessoas, comunicação, inteligência emocional e organização.

RESUMO

A escola é o caminho mais importante para chegar às massas, por meio da qual, além do conhecimento, construímos cidadãos. Também é possível determinar o tipo de sujeito que estamos formando e se ele está condenado ou bem-sucedido. Esta não é uma realidade imutável a partir do momento em que a escola partilha esta responsabilidade com a comunidade, onde uma consciência geral torna as escolas formadoras de homens e mulheres autônomas, críticas, reflexivas e já praticantes de cidadania num país. As pessoas são as pessoas. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a necessidade de uma relação mútua entre o público externo e a academia.

Palavras Chaves: comunidade, escola, ensino e sociedade

INTRODUÇÃO

É claro para nós que as escolas estão muito alienadas do ambiente em que operam. Concluimos que um dos resultados mais alarmantes dessa alienação é o alto índice de 'fracasso acadêmico', que afeta não apenas as crianças, mas também as famílias e comunidades. O objetivo deste artigo é aprofundar os temas na tentativa de construir mais entendimentos teóricos e práticos que possam ajudar a lançar luz sobre múltiplas facetas do discurso da participação popular e da relação entre população e unidades escolares como instituições do poder público.

Além disso, este artigo apresenta a importância do processo interativo entre a comunidade e a escola, pois me interessa mostrar como esse processo acontece. Por meio da colaboração entre educação e comunidade, podemos ver grandes benefícios no acúmulo de conhecimento e no desenvolvimento de indivíduos autônomos e reflexivos. O artigo também discute a importância da forma educacional e da filiação, que constituem o maior veículo de disseminação desse conhecimento, a escola.

O primeiro passo na interação positiva de uma escola com a comunidade é, sem dúvida, a compreensão que a escola tem da própria comunidade. Em segundo lugar, a escola deve ter um serviço permanente de comunicação com a comunidade, deve permanecer constante em todas as atividades escolares e ser promovida por todos os educadores. No entanto, a existência de serviços específicos permite racionalizar e tornar as trocas mais eficientes. Tornou-se necessária uma mudança na perspectiva teórico-metodológica, denominada "História das Políticas Públicas de Participação Pública". É isso que vou abordar agora.

A Escola e a Comunidade

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a sociedade criou uma visão de mundo baseada em conceitos físicos que desenvolveram uma abordagem limitada do conhecimento, um sistema rígido, fechado, previsível e determinista. Nas últimas décadas do século XXI, a visão filosófica do mundo mudou. Esta visão está agora centrada no processo, na transformação contínua e inusitada, baseada na integração e na busca de sentido nas ideias relacionadas com os contextos sócio históricos e culturais, tudo a partir de uma nova perspectiva humanista centrada no desenvolvimento positivo do potencial humano.

O que estou tentando dizer é que existe uma tendência mundial de interação entre escolas e comunidades, e a responsabilidade de cada “instrumento humano” no processo. É importante lembrar que a educação prepara os indivíduos para diferentes funções na comunidade, e por meio da educação formaremos bons ou maus cidadãos.

A educação é um fenômeno social histórico que permeia todo o percurso da existência humana e se concretiza pelas relações que as pessoas desenvolvem com suas comunidades ao longo do tempo.

A prática educativa é essencial para a continuidade da vida social. Por meio da educação, o homem é preparado para assumir suas funções sociais e políticas. A conscientização trazida pela educação leva o refletor a buscar melhorar sua relação com o mundo. Absorve a realidade presente em comparação com a realidade passada e, se necessário, muda o que chegamos no futuro.

É assim que acontece a relação entre as pessoas e as comunidades. A educação inclui processos formativos que ocorrem em um ambiente social em que os indivíduos participam de maneiras necessárias e inevitáveis simplesmente porque existem na sociedade. Há também uma educação específica onde os alunos são preparados para perseguir objetivos pré-determinados. Isso acontece muitas vezes nas escolas. A escola é um dos processos educacionais mais famosos que existe, mas nem sempre foi assim, e a escola como a conhecemos hoje faz parte do tecido moderno, mas tem suas deficiências. Em um passado não muito distante, foi muito utilizado pela classe dominante para defender seus interesses.

Hoje, com uma nova visão de democracia e libertação, esse conceito se deteriorou. A forte influência da escola e a comunicação constante que podemos manter entre a escola e a comunidade podem ajudar a mudar essa realidade. Sabemos que a década de 1980 foi um período de democratização, quando a vida pública ressurgiu no cenário político. Este se tornou o discurso oficial para o povo brasileiro reconquistar a liberdade "democrática" nos últimos anos. Ao longo da última década, os movimentos populares tiveram experiência em se organizar para reivindicar direitos sociais. Os moradores das periferias das grandes cidades identificaram interesses comuns que produziram laços de solidariedade, constituindo o que mais tarde ficou conhecido como novos movimentos sociais.

A partir do estudo dos novos movimentos sociais, emergiu o conceito de sujeito coletivo, entendido como "no sentido coletivo, articula-se uma identidade, organizam-se práticas, e por meio das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar sua vontade nessas lutas" (Sade, 2000). O sentimento era muito mais forte em 1982. A subjetividade criada pelo retorno dos exilados criou a liderança inigualável do momento. Os desafios aos movimentos sociais que surgiram na última década remodelaram a política para além da orientação partidária.

Eles devem saber se estão prontos para enfrentar as velhas formas de política. Como evitar o risco de incorporação e burocracia? É preciso enfatizar que 'participação e comunidade' concebidas em uma visão decididamente acrítica e classista - conceito que se fortaleceu em anos arbitrários - cujo objetivo principal é disfarçar os antagonismos de classes sociais e a divisão social do trabalho como a sociabilidade imposta ao capitalismo serve para estender o véu das identidades de valores, interesses e objetivos, que são tratados de forma geral e abstrata, em realidades concretas.

Na década de 1960, a característica mais importante e, em certa medida, decisiva da noção de participação popular mudou. Ser entendido como uma ameaça e um obstáculo para todos (estamos no meio de uma guerra fria). O envolvimento da comunidade é entendido e praticado como "medidas para abordar as questões complexas de integrar os esforços da população em planos de desenvolvimento econômico e social regionais e nacionais" (Omã). Durante o período 1961/1964, as reformas fundamentais e o desenvolvimento nacional ocorreram no contexto do Estado, no contexto da reorganização do capital monopolista do capital internacional, o que levou aos chamados pactos

populistas adotados pelo então governo com o objetivo de manipular as indústrias populares.

No entanto, devido a uma consciência mais abrangente das questões brasileiras e a uma maior abertura do espaço político, surgem movimentos que dependem da anuência do governo e da anuência da Igreja, que apoia financeiramente as ações que se desenvolvem com a população. Naquela época, esquerdistas progressistas eram os que circulavam pelo ISEB que participavam do Movimento de Educação Básica (MEB), faziam parte do Centro de Educação de Massa (CPC), do Movimento de Cultura de Massa (MCP) ou do Movimento de Alfabetização.

Há uma enorme necessidade de ação de base, por exemplo, no campo da alfabetização de adultos, com planos e operações realizados por militantes organizados e estudantes apartidários. Nesse período, a orientação do Partido Comunista Brasileiro era muito forte.

O mais famoso programa de alfabetização de adultos - "De Pés no Chão também aprende a ler" - é implantado em Natal, onde estão os professores. Moacyr de Góes, que se tornaria secretário da Prefeitura do Rio de Janeiro durante o governo Saturnino Braga na década de 1980. Focalizando as ideias de Paul Freire e suas recomendações para a pedagogia dos oprimidos, os educadores buscam assimilar e dominar essas diretrizes.

A abordagem metodológica que ele propôs, por discordarem, abandonou o que chamaram de idealismo filosófico de Fryer e humanismo cristão. Assim, desenvolveu-se o método comumente conhecido como "método Paul Freire", que posteriormente foi criticado, até mesmo pelos próprios educadores. Há uma aproximação entre certos aspectos das diretrizes educacionais de Paulo Freire e a consideração de Gramsci sobre o papel dos intelectuais e as questões culturais, já que a "educação de massa" era uma tarefa na época.

A convulsão provocada pelo pacto populista nacional suscitou as mais diversas iniciativas, mas essa diversidade acaba por se inscrever num registo unificado que hierarquiza os diferentes movimentos.

De acordo com a versão Getulista dominante, eles adquirem significado através do discurso nacional. Ou, então, entre os opositores comunistas, pela unidade partidária. Nessa imagem, as classes populares aparecem apenas como objetos, sejam as ações de um estado ordenado ou as ações dos intelectuais que as orientam. (Cunha, 1994)

Esse aspecto é fundamentalmente diferente dos movimentos organizados na década de 70, pois, mesmo de forma fragmentada, produziram formas singulares de expressão, afastando-se de um alcance elevado e abrangente, buscando uma forma coordenada por meio de suas próprias ações. "O Povo" · cego e distraído, frustrou as esperanças dos esclarecidos, redescobriu e produziu novas formas políticas de forma bizarra, comprovando a metáfora dos "rios no deserto", no momento da civilização, a ditadura militar se instalou em Brasil em 1964, sua perseguição aos que ousaram se rebelar tornou-se mais feroz. “Ao começar a se engajar na política em outros lugares de outra forma, os sujeitos do movimento passam por uma experiência definidora que nos permite capturar sua prática como verdadeira aquisição e produção de conhecimento.

Diante de tal interpretação da realidade fragmentada do movimento, nos opomos à interpretação da forma de rejeição por parte dos representantes de partidos políticos ou do poder público, que veem esses movimentos como meras correias transportadoras de suas propostas. Diante de vínculos relacionais quebrados e perdidos, novos estão sendo tecidos.

A luta pela qualidade do ensino e a luta pela democratização das escolas assumiram papéis correlatos. Na década de 1970, as secretarias ou intermediários de educação se mobilizaram e se consolidaram como locais de trabalho "especializados", formando suas equipes: psicólogos, assistentes sociais, consultores educacionais e supervisores educacionais em sua maioria.

O trabalho a ser feito nesses locais será o controle e fiscalização das unidades escolares. Essas mobilizações são evidentes no Sudeste, e as instruções de lá devem ser asseguradas para que cheguem às escolas e sejam cumpridas. Nessa hierarquia e hierarquia, a posição de professores e alunos como participantes ativos da vida escolar é secundária, eles são meros executores de um processo por aqueles reconhecidos e legitimados como proprietários da escola Conceber, planejar, coordenar e controlar conhecimento.

Nessa produção se dará a relação entre a escola e a comunidade que busca seus serviços. É neste contexto que a atividade política não pode ser independente da composição do canal, por um lado, surge uma certa continuidade de dinamismo participativo na sociedade, por outro lado países autocráticos, nomeadamente a Associação de Pais e Professores. 1971, ao abrigo da Lei do Código e Fundações (5692), entidade que é obrigada a existir numa unidade escolar.

Na década de 1930 encontramos os primeiros educadores profissionais que assumiram a tarefa de organizar o campo da educação, o contexto de suas ações de reforma educacional na administração pública da cidade do Rio de Janeiro, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira Antonio Candido nos adverte: "Se não aceitarmos a contradição, não entenderemos Fernando Azevedo.

É tudo contraditório." para a população, sua generalização e importância da relação "escola-comunidade" fica evidente em sua organização interna. Ter "uma forma comum de viver e trabalhar" permite aos alunos "praticar a vida social e coletiva em grandes manifestações". A gestão de Anísio Teixeira, não em um contínuo das ideias de Fernando, mas promovendo autonomia em algumas escolas do Distrito Federal, "Dessa forma, a gestão escolar é feita pelos próprios alunos, organizados em comissões que decidem sobre sanções disciplinares, incentivar os retardatários, apoiar currículo e aprendizagem complementares menos ajustados, atividades extracurriculares"

No final da década de 1970, o acesso a documentos organizados permitiu desvendar os conceitos que sustentam sua prática. Enfatizou o papel da família na educação individual, vinculando a "eficiência" da escola a um maior ou menor apoio da escola, deixando a tarefa de "prestígio" e "fortalecimento" da família para a escola, que sozinha não pode tarefa da educação infantil. Ele liga o sucesso dos alunos ao quanto eles trazem de "condições básicas, principalmente emoções".

Percebemos que, ao longo de sua existência, a organização participativa implementada nas escolas foi sendo redefinida de acordo com a situação política do país. Assim, se, com o auxílio da pesquisa realizada por Bueno, como aponta Marília Sposito em estudo da Associação Paulista de Pais e Professores, essas iniciativas sofreram fortemente com a nova escola nos primeiros estágios da vida política do país. do ponto de vista da escola, o movimento de socialização é defendido por seus maiores apoiadores.

Em 1970, a escola era controlada e controlada, a autocracia veio à tona, adotando alguns dos princípios do novo pensamento escolar. Se inicialmente, para a pedagogia tradicional, o ideal é proteger a criança desse ambiente externo, mantendo-a o mais afastada possível da família, "a ideia de interagir com o meio social... o movimento reformista Certos pensadores A partir da década de 1990, começaram a prevalecer os ensaios que defendiam a escola como fator de reconstrução social... Esse sistema de princípios se

consolidou após a Primeira Guerra Mundial, quando se reuniu em 1921 o movimento das Escolas Novas, definido como a defesa da paz e a educação como a subjugação da humanidade um importante caminho de solidariedade e fraternidade".

A preocupação que se destaca é que a roda "tome o caminho político de reclamar, reclamar e pedir ajuda" para a escola, o que é o contrário do que deveria ter acontecido, que busca "fazer com que as famílias se interessem pelas ações educativas da escola, em um ambiente solidário, compreensivo e solidário". Ressaltamos o objetivo de unir "Força Família", "Escola" e "Comunidade" numa tríade que continuará como mote das iniciativas subsequentes: Casa/Escola/Comunidade.

Por sua vez, os comitês escola-comunidade seriam implementados na década de 1980 para substituir as associações de pais e professores. Desde a década de 1970 trouxe para a educação no Brasil as marcas da "modernização" das escolas, a partir dos pressupostos: objetividade, racionalidade e neutralidade, que são condições necessárias para produzir um certo modo de pensar científico, em que a educação é concebida para ser divorciada de posições políticas, cosmovisões, valores, etc..., mascarando o intenso momento da ditadura militar-civil no Brasil, a década de 1980 será uma época de triunfo e de retorno à educação crítica e amplamente participativa.

A estrutura educacional é caracterizada por uma orientação tecnológica que busca garantir eficiência e controle. Portanto, é necessário estabelecer diferentes grupos de trabalho para revisar as diretrizes educacionais. No grupo de trabalho, há um que visa abrir discussões com a comunidade escolar e visa substituir a Associação de Pais e Mestres.

O resultado dessa ação foi a criação de um campo de forças conflitantes, e mais tarde se viu que o fato de trabalhar fora da estrutura não justificava uma grande mudança na divisão do trabalho. Após a primeira reorganização, o que se viu foi uma reorganização formal e uma clara dicotomia entre trabalho docente e trabalho comunitário, que foi interpretado como um trabalho secundário no mandato educacional.

Quando a hegemonia dos "especialistas" educacionais foi quebrada, um movimento nitidamente novo estava replicando o antigo, e uma nova profissão foi instalada: quem conhecia o trabalho de ensinar e quem conhecia o trabalho da comunidade. A emergência do conflito e do conflito está relacionada à proposta, que desafia a ordem autoritária no cotidiano da escola e sua relação com a comunidade. No entanto, aos poucos, observamos o

vazio desses espaços, o desinteresse por ações de engajamento mais amplas, e não vemos o movimento como “natural” em si, mas como um produto dos anos 80 – a chamada “idade de engajamento”.

Quem está envolvido neste momento? O número desses profissionais é superior ao número de associações de moradores e representantes de escolas. Escolas e associações comunitárias realizaram reuniões públicas. Apesar do movimento, a discussão sobre a criação de um comitê da comunidade escolar vem de cima. Indiretamente, muitas escolas estão cientes da proposta. Um número muito grande de escolas impõe restrições à natureza de suas deliberações, às relações de supervisão e controle proclamadas por suas propostas.

As tensões começaram a surgir porque as diferentes áreas decisórias não tinham o mesmo conceito de relação escola-comunidade no sentido de criar um mecanismo de mediação. Se podemos dizer que todos, ou quase todos, têm sido duramente críticos do engajamento comunitário e do que ele representa, então não podemos dizer que todos os envolvidos automaticamente têm a mesma filiação para novos organismos que irão mudar a visão hierárquica interna das relações da escola. A essa tensão se somam outras tensões que surgem em situações intermediárias e escolares.

De fato, prevalece o conceito de participação como uma permissão do poder público e, mais importante, “boas” escolas serão aquelas em que a “comunidade” contribui para a proteção e cuidado de suas instalações, sendo, em última instância, regida por “assessoria”. nunca questionando a prática educativa.

Assim, na busca de alternativas, a implementação desses dilemas tem levado ao que chamamos de "progresso de reconciliação", em que coexistem mobilização, discussão, conflito e atividades alinhadas às diretrizes anteriores (caixas escolares, clubes de mães), por meio de comunidade para reformar seu alcance. Também inspirados em grande parte pela experiência dos 'Decreti Delegati' na Itália, a partir de 1975 nossos parlamentos reais apresentam diferenças marcantes em relação à Itália. Neste país elas se tornam necessidades expressivas dos movimentos sociais, particularmente. processo expressou forte mobilização popular, divulgou amplamente o período eleitoral, formou listas e lançou campanhas em plataformas políticas e pedagógicas claras.

Momentos políticos possibilitam isso e estimulam a mobilização em torno de propostas participativas, e o ativismo resultante desconhece a intensidade da resposta a essa

proposta. Não via uma situação de relevância adequada, mesmo após mobilização e discussão, era uma proposta e não uma proposta. Como de fato acontece, vai argumentar por espaço político com outros programas educacionais já estabelecidos. Aos poucos, o enfraquecimento da iniciativa começa a ocorrer.

A noção de comunidade, repleta de armadilhas e ambiguidades, não é contestada e claramente dá a impressão de que todos têm o mesmo entendimento. Se existe comunidade escolar, é porque temos várias outras comunidades: saúde, igreja, etc... Então uma associação de moradores seria uma comunidade de moradores? Haverá então uma comunidade de trabalhadores? Reforçando a ideia de que apenas os pais e responsáveis dos alunos matriculados fazem parte da comunidade escolar, sendo excluídos os que não pertencem a esse grupo. Se a escola é pública, alguém não pode participar e intervir?

Assim, a noção de uma comunidade que opera de forma ambígua no cotidiano – e isso não é por acaso – acaba tendo um efeito mais divisor do que de unidade, perdendo a possibilidade de potencializar os encontros.

Entendemos que desta forma mais uma vez, reiteramos, as melhorias na educação passam necessariamente por uma maior aproximação dos pais, famílias e comunidades em relação às escolas; quando essa aproximação se traduz em resultados, pensa-se no fortalecimento da prestação de pequenos serviços aos unidades de ensino, a ideia da colaboração da matéria e do homem.

Embora para as escolas da década de 1980 a educação tentasse disseminar um ambiente muito propício a um maior envolvimento de pais e moradores, isso foi entendido como uma forma de diminuir o isolamento associado ao meio social que o integrava.

O dia a dia da escola; "Não foram observadas dificuldades reais na interação da escola com os usuários, e não foi feita avaliação da forma como os diretores absorveram as novas diretrizes; nesses relatórios houve uma divergência entre o as diretrizes da equipe e a prática e liderança da unidade É impossível garantir o rumo desse processo." (Maria Spasio)

Há inegavelmente forte mobilização, discussão e advocacia. No entanto, o tema da prática participativa e do conteúdo de discussão é realmente possível? A escola foi transformada no cotidiano? A prática participativa vista em modelos e moldes está fadada a enfraquecer e morrer ao eliminar o inusitado e o novo. Voltamos ao velho paradigma de

mobilização de recursos com o sinal invertido. Por que usar uma contagem regressiva? Pois se, em sua forma clássica, a mobilização de recursos faz parte de um movimento social, a iniciativa nos aparece como poder público, e isso enfraqueceria um movimento popular já vazio.

Essa delicada relação, muitas vezes rompida e reformulada ao longo da história da educação brasileira, ao mesmo tempo em que suas instituições se fragilizavam, com o "acreditar" do professor Milton Santos "nos pobres" e "seu tempo lento", ao invés do acelerado tempo de novos métodos de produção e poderes de informação e tecnologia. Novos desafios: 1) As redes solidárias sempre existiram em grupos populares como forma de sobrevivência; 2) Observamos iniciativas de ONGs, apropriação indébita pelo poder público, a partir de uma velha referência: "organizar pessoas desorganizadas" Criar", "Organizar" a Rede Solidária .

CONCLUSÃO

Finalmente, como Pandora, cheia de curiosidade sobre o que há dentro, ela abriu a caixa que guardava, e deixou escapar todas as desgraças do mundo, deixando apenas esperança; acreditamos que "esperança" sempre lidamos com "o rio no deserto" Metaforicamente, e apesar de todos os intelectuais e mediadores de plantão, as forças populares ressurgiram no palco escolar de forma poderosa, conquistando sua colocação como agentes ativos. Afinal, este é "um projeto que contém esperança modesta, mas real. Se há uma doença crônica que todos os professores devem sofrer, sem dúvida é a esperança." (George Steiner)

A escola deve cumprir a sua função social, que é garantir que todos tenham condições para uma vida cívica plena, o exercício dos deveres e o gozo dos direitos. É preciso repensar a escola, refletir sobre a atuação de seus integrantes e conduzi-los à responsabilização por meio do aprendizado dado a todos os alunos, de acordo com o local de pertencimento. Um clima de respeito deve prevalecer entre todos os membros que operam dentro da escola e a confiança mútua deve ser inspirada. É importante que todos na

escola tenham consciência da relevância desta instituição em toda a vida humana. As escolas que desempenham funções sociais são respeitadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Adir da Luz. *Participação: Uma Palavra Muda?*. R.J, UFF, 1992, Mimeo.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 6ª Ed. 1987.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A Cidadania Ativa*. R.J, Ática, 1ª Edição, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo, Cortez Editora, 5ª Edição, 1990.
- CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacir de. *O Golpe na Educação*. R.J, Zahar, 4ª edição, 1985.
- CUNHA, Marize. *Movimentos Sociais Urbanos: revisão de literatura. História e Questões*. R.J,UFF,1994,mimeo.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais(paradigmas clássicos e contemporâneos)*, SP, Ed. Loyola, 2ª edição, 2000.
- LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo, Editora Cortez 1994
- MOREIRA, Maria Luíza de Oliveira Penna. *Fernando de Azevedo: Educação e Mudança Social*. Brasília, INEP, 1986.
- NUNES, Clarice. *História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos*. Teoria e Educação, nº 6,1992.